



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022 DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Porto Alegre/RS

Março/2023

Declaração Anual do Contador

Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na [Macrofunção SIAFI nº 020315](#) - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis - Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro - e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, nos seus aspectos mais relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Decreto-Lei nº 200/1967, com o Decreto nº 93.872/1986, com a Lei nº 10.180/2001 e com a Lei Complementar nº 101/2000. Abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. O valor mais significativo contabilizado como Ajuste de Exercícios Anteriores, no montante de R\$ 95.615.519,08, refere-se à atualização dos passivos trabalhistas da Justiça do Trabalho referente a exercícios anteriores, decorrentes da alteração dos índices de atualização promovida pela Resolução CSJT nº 343/2022. Em 09/03/2023, a Setorial Contábil da Justiça do Trabalho encaminhou a mensagem SIAFI nº 2023/3250696 com o entendimento de que a atualização dos passivos de acordo com a alteração promovida pela Resolução CSJT nº 343/2022 se deu com base em fato novo subsequente, de modo que se encaixa nas diretrizes do item 4.8.2 da [Macrofunção SIAFI nº 021141](#). Desta forma, o valor deveria ter sido registrado numa conta de VPD do exercício, uma vez que se trata de fato gerador do exercício 2022, e não na conta do PL, de Ajuste de Exercícios Anteriores. Com base nesse entendimento, se a contabilização tivesse ocorrido na conta de variação patrimonial diminutiva, o Resultado do Exercício passaria de superávit de R\$61.656.884,61 para um déficit de R\$ 33.958.634,47 e a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores passaria de R\$ 96.169.460,80 para o valor R\$ 553.941,72 (Nota 11); e

2. Os valores de terrenos registrados no SIAFI de forma automática pelo SPIUnet, no montante de R\$ 94.717.097,69, que estão sendo somados na conta do Ativo Imobilizado "Edifícios" ao invés de serem contabilizados na conta do Ativo Imobilizado "Terrenos" (Nota 8);

3. A ausência de teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (Nota 9);

4. O valor do saldo dos bens não localizados constante do Relatório de Movimentação de Bens, relatório emitido pelo Sistema de Patrimônio do TRT4 - sistema de controle patrimonial, apresenta o valor dos bens pelo valor de aquisição ou de avaliação, enquanto no SIAFI consta com o valor líquido contábil (Nota 7);

5. A ausência de sistema de controle dos valores e cálculos de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida, configurando fragilidade no controle interno (Nota 9).;

6. A reavaliação a maior de imóvel, no montante de R\$ 288.323,40, lançada em conta de Variação Patrimonial Aumentativa (4.6.1.1.1.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis), lançamento automático pelo sistema SPIUNet, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ao invés da conta de Reserva de Reavaliação do Patrimônio Líquido, em desacordo com a [Macrofunção SIAFI nº 020335](#) (Nota 14); e

7. A contabilização incorreta de depósitos de caução recebidos como garantia de contratos na conta contábil 1.1.1.1.1.19.03 Demais Contas - Caixa Econômica Federal, enquanto que deveria ser utilizada a

conta contábil 1.1.1.3.1.02.00 Garantias, prevista no Plano de Contas do exercício de 2022 (PCASP 2022)
(Nota 1).

Porto Alegre/RS, 14 de março de 2023.

Argemiro Dornelles Neto

Contador CRC/RS nº 072921/O

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2022

PERÍODO: Anual

VALORES EM UNIDADE DE REAL

01. BALANÇO PATRIMONIAL - UG 080014

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		73.307.612,43	65.748.051,97	PASSIVO CIRCULANTE		120.420.543,35	80.333.864,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	59.276.536,92	47.883.189,88	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	10	120.023.715,06	79.456.908,04
Créditos a Curto Prazo	2	12.412.015,62	16.570.445,99	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		12.440.226,90	16.598.226,23	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		2.310,00	704.556,76
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	3	-28.211,28	-27.780,24	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques	4 e 5	730.081,23	1.043.790,32	Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		888.978,66	250.625,78	Provisões a Curto Prazo		-	-
				Demais Obrigações a Curto Prazo		394.518,29	172.399,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE		324.850.431,08	326.835.888,42	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	6	1.918.855,22	1.166.981,66	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Créditos a Longo Prazo		1.075.235,57	1.125.218,52	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.075.235,57	1.125.218,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		843.619,65	41.763,14	Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Imobilizado		309.501.600,85	315.016.068,36	Provisões a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis	7	53.019.326,67	53.837.148,51	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis		133.221.791,65	131.081.853,41	Resultado Diferido		-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-80.202.464,98	-77.244.704,90	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		120.420.543,35	80.333.864,04
Bens Imóveis	8	256.482.274,18	261.178.919,85	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Imóveis		257.011.281,82	261.460.344,37	ESPECIFICAÇÃO			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-529.007,64	-281.424,52	Resultados Acumulados		277.737.500,16	312.250.076,35
Intangível	9	13.429.975,01	10.652.838,40	Resultado do Exercício	11	61.656.884,61	19.258.641,40
Softwares		13.429.975,01	10.652.838,40	Resultados de Exercícios Anteriores		312.250.076,35	297.519.524,87
Softwares		17.883.005,99	14.309.300,70	Ajustes de Exercícios Anteriores		-96.169.460,80	-4.528.089,92
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-4.453.030,98	-3.656.462,30	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		277.737.500,16	312.250.076,35
TOTAL DO ATIVO		398.158.043,51	392.583.940,39	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		398.158.043,51	392.583.940,39

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	59.276.536,92	47.883.189,88	PASSIVO FINANCEIRO	24.174.756,95	25.539.767,46
ATIVO PERMANENTE	338.881.506,59	344.700.750,51	PASSIVO PERMANENTE	119.558.643,14	79.459.162,07
			SALDO PATRIMONIAL	254.424.643,42	287.585.010,86

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.671.210,17	3.203.322,13	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		261.140.237,56	264.558.216,31
Atos Potenciais Ativos	7.671.210,17	3.203.322,13	Atos Potenciais Passivos		261.140.237,56	264.558.216,31
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.578.096,86	2.851.675,43	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	12	788.325,00	-
Direitos Contratuais	2.093.113,31	351.646,70	Obrigações Contratuais	12	260.351.912,56	264.558.216,31
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	7.671.210,17	3.203.322,13	TOTAL		261.140.237,56	264.558.216,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	16.262.466,38
Recursos Vinculados	18.839.313,59
Seguridade Social (Exceto Previdência)	64.606,65
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	18.774.706,94
TOTAL	35.101.779,97

02. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - UG 080014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2022	2021	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2022	2021
		2.053.425.006,52	1.937.713.508,40			1.991.768.121,91	1.918.454.867,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		86.990.669,08	69.056.625,16	Pessoal e Encargos	15	1.083.026.218,60	1.069.929.598,93
Taxas		86.990.669,08	69.056.625,16	Remuneração a Pessoal		852.972.503,50	845.641.245,18
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		23.184.284,11	495.808,25	Encargos Patronais		183.001.518,01	177.628.186,08
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		23.184.284,11	495.808,25	Benefícios a Pessoal		47.052.197,09	46.660.167,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		148.592,20	135.375,59	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15	567.801.351,04	569.815.742,10
Juros e Encargos de Mora		6.037,24	9.962,17	Aposentadorias e Reformas		455.809.636,70	462.312.598,25
Variações Monetárias e Cambiais		142.554,96	125.413,42	Pensões		111.122.507,71	106.646.497,53
Transferências e Delegações Recebidas	13	1.940.236.335,88	1.859.376.078,48	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		869.206,63	856.646,32
Transferências Intragovernamentais		1.940.234.248,35	1.839.667.283,94	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16	137.394.665,97	95.460.851,31
Transferências Intergovernamentais		-	19.704.024,00	Uso de Material de Consumo		1.016.215,78	661.812,03
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.087,53	4.770,54	Serviços		122.636.604,57	81.223.516,03
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14	1.057.939,80	4.536.005,76	Depreciação, Amortização e Exaustão		13.741.845,62	13.575.523,25
Reavaliação de Ativos		288.323,40	-	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		9.132.837,75	3.645.664,69
Ganhos com Incorporação de Ativos		769.616,40	26.531,17	Juros e Encargos de Mora		896.847,96	946.120,16
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	4.509.474,59	Variações Monetárias e Cambiais		8.235.989,79	2.699.544,53
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.807.185,45	4.113.615,16	Transferências e Delegações Concedidas		105.492.471,77	91.762.058,63
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.807.185,45	4.113.615,16	Transferências Intragovernamentais		96.711.089,32	81.761.943,13
				Outras Transferências e Delegações Concedidas		8.781.382,45	10.000.115,50
				Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17	82.871.741,45	83.511.794,08
				Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		79.702,29	220.513,09
				Perdas Involuntárias		28.380,74	77.557,36
				Incorporação de Passivos		82.000.848,30	82.607.964,66
				Desincorporação de Ativos		762.810,12	605.758,97
				Tributárias		2.786.145,88	2.238.144,16
				Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		61.141,15	93.606,32
				Contribuições		2.725.004,73	2.144.537,84
				Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.262.689,45	2.091.013,10
				Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		3.262.689,45	2.091.013,10
				RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11	61.656.884,61	19.258.641,40

03. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - UG 080014

	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		31.573.569,19	28.427.631,38
INGRESSOS		2.055.464.081,97	1.938.992.446,82
Outros Ingressos Operacionais		2.055.464.081,97	1.938.992.446,82
Ingressos Extraorçamentários		350.355,83	3.024.779,53
Transferências Financeiras Recebidas		1.940.223.701,35	1.839.659.965,41
Arrecadação de Outra Unidade		114.881.057,07	96.300.383,35
Demais Recebimentos		8.967,72	7.318,53
DESEMBOLSOS		-2.023.890.512,78	-1.910.564.815,44
Pessoal e Demais Despesas		-1.749.573.704,32	-1.644.369.750,68
Judiciário		-1.056.299.227,72	-990.168.390,84
Previdência Social		-606.261.876,43	-571.880.326,07
Encargos Especiais		-87.012.600,17	-82.321.033,77
Transferências Concedidas	20	-177.189.513,61	-181.429.443,85
Intragovernamentais		-177.189.513,61	-181.429.443,85
Outros Desembolsos Operacionais		-97.127.294,85	-84.765.620,91
Dispêndios Extraorçamentários		-417.784,81	-3.003.677,78
Transferências Financeiras Concedidas		-96.709.510,04	-81.761.943,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-20.180.222,15	-10.360.230,82
DESEMBOLSOS		-20.180.222,15	-10.360.230,82
Aquisição de Ativo Não Circulante		-15.869.084,47	-8.309.391,97
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.311.137,68	-2.050.838,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		11.393.347,04	18.067.400,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		47.883.189,88	29.815.789,32
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		59.276.536,92	47.883.189,88

04. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	NE	PATRIMÔNIO SOCIAL / CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Ex. Anterior - 2021	11	-	-	-	-	297.519.524,87	-	297.519.524,87
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-4.528.089,92	-	-4.528.089,92
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	19.258.641,40	-	19.258.641,40
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Ex. Anterior / Saldo Inicial do Ex. Atual		-	-	-	-	312.250.076,35	-	312.250.076,35
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-96.169.460,80	-	-96.169.460,80
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	61.656.884,61	-	61.656.884,61
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Ex. Atual - 2022		-	-	-	-	277.737.500,16	-	277.737.500,16

05. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - UO 15105

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		20.104.602,00	20.104.602,00	23.276.012,15	3.171.410,15
Receita Patrimonial		20.104.602,00	20.104.602,00	20.080.148,93	-24.453,07
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		400.578,00	400.578,00	376.124,93	-24.453,07
Cessão de Direitos		19.704.024,00	19.704.024,00	19.704.024,00	-
Receitas de Serviços		-	-	3.050.780,00	3.050.780,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	3.050.780,00	3.050.780,00
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	145.083,22	145.083,22
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	145.083,22	145.083,22
RECEITAS DE CAPITAL	18	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		20.104.602,00	20.104.602,00	23.276.012,15	3.171.410,15
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		20.104.602,00	20.104.602,00	23.276.012,15	3.171.410,15
DEFICIT				1.843.754.460,01	1.843.754.460,01
TOTAL		20.104.602,00	20.104.602,00	1.867.030.472,16	1.846.925.870,16
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	66.726.913,00	-	-66.726.913,00
Superavit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	66.726.913,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.810.255.961,00	1.871.393.355,00	1.845.501.810,91	1.836.812.153,81	1.835.984.435,66	25.891.544,09
Pessoal e Encargos Sociais		1.602.510.289,00	1.662.436.264,00	1.650.585.819,18	1.649.867.832,90	1.649.798.260,17	11.850.444,82
Outras Despesas Correntes		207.745.672,00	208.957.091,00	194.915.991,73	186.944.320,91	186.186.175,49	14.041.099,27
DESPESAS DE CAPITAL		18.438.080,00	24.027.599,00	21.528.661,25	10.481.718,35	10.481.718,35	2.498.937,75
Investimentos		18.438.080,00	24.027.599,00	21.528.661,25	10.481.718,35	10.481.718,35	2.498.937,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	18	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.828.694.041,00	1.895.420.954,00	1.867.030.472,16	1.847.293.872,16	1.846.466.154,01	28.390.481,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		1.828.694.041,00	1.895.420.954,00	1.867.030.472,16	1.847.293.872,16	1.846.466.154,01	28.390.481,84
TOTAL		1.828.694.041,00	1.895.420.954,00	1.867.030.472,16	1.847.293.872,16	1.846.466.154,01	28.390.481,84

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	244.931,26	13.995.030,58	9.394.652,12	9.391.199,24	2.695.112,36	2.153.650,24
Pessoal e Encargos Sociais	-	460.000,00	98.884,57	98.884,57	361.115,43	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	244.931,26	13.535.030,58	9.295.767,55	9.292.314,67	2.333.996,93	2.153.650,24
DESPESAS DE CAPITAL	-	11.126.373,18	9.698.503,80	9.698.503,80	-	1.427.869,38
Investimentos	-	11.126.373,18	9.698.503,80	9.698.503,80	-	1.427.869,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	244.931,26	25.121.403,76	19.093.155,92	19.089.703,04	2.695.112,36	3.581.519,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	77.084,28	77.084,28	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	76.051,08	76.051,08	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.033,20	1.033,20	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	77.084,28	77.084,28	-	-

06. BALANÇO FINANCEIRO - UG 080014

INGRESSOS			NE	DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021		ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-		Despesas Orçamentárias	1.948.340.970,91	1.857.166.271,84
Ordinárias	-	-		Ordinárias	1.337.725.593,28	1.172.994.409,78
Vinculadas	-	-		Vinculadas	610.615.377,63	684.171.862,06
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	199.428.783,35	138.567.489,75
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		Previdência Social (RPPS)	383.868.174,00	517.210.662,97
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	27.318.420,28	28.393.709,34
Transferências Financeiras Recebidas	1.940.223.701,35	1.839.659.965,41		Transferências Financeiras Concedidas	96.709.510,04	81.761.943,13
Resultantes da Execução Orçamentária	1.936.003.970,75	1.837.217.836,23		Resultantes da Execução Orçamentária	772.715,00	681.174,01
Sub-repasse Recebido	1.936.003.970,75	1.837.217.836,23		Repasse Concedido	762.715,00	
Independentes da Execução Orçamentária	4.219.730,60	2.442.129,18		Sub-repasse Devolvido	10.000,00	681.174,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		10.000,00		Independentes da Execução Orçamentária	95.936.795,04	81.080.769,12
Demais Transferências Recebidas	2.315.717,18	1.206.780,24		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	556.460,52	2.663.628,13
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.904.013,42	1.225.348,94	19	Movimento de Saldos Patrimoniais	95.380.334,52	78.417.140,99
Aporte ao RPPS	-	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	135.804.698,77	124.530.969,45		Pagamentos Extraorçamentários	19.584.572,13	7.195.319,33
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	827.718,15	77.084,28		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	77.084,28	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	19.736.600,00	25.121.403,76		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.089.703,04	4.191.641,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	350.355,83	3.024.779,53		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	417.784,81	3.003.677,78
Outros Recebimentos Extraorçamentários	114.890.024,79	96.307.701,88		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	114.881.057,07	96.300.383,35				
Demais Recebimentos	8.967,72	7.318,53				
Saldo do Exercício Anterior	47.883.189,88	29.815.789,32		Saldo para o Exercício Seguinte	59.276.536,92	47.883.189,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	47.883.189,88	29.815.789,32		Caixa e Equivalentes de Caixa	59.276.536,92	47.883.189,88
TOTAL	2.123.911.590,00	1.994.006.724,18		TOTAL	2.123.911.590,00	1.994.006.724,18

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Exercício 2022

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), pertencente ao Poder Judiciário Federal, é uma pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 02.520.619/0001-52. Possui sede administrativa no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A Justiça do Trabalho possui competência para conciliar e julgar os conflitos oriundos das relações de trabalho, seja no âmbito individual ou de abrangência coletiva. Os órgãos da Justiça do Trabalho são o Tribunal Superior do Trabalho (3º Grau), os Tribunais Regionais do Trabalho (2º Grau) e as Varas do Trabalho e Postos Avançados (1º Grau).

O primeiro grau da Justiça do Trabalho gaúcha é composto por 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, distribuídos em 65 municípios. Na capital Porto Alegre estão sediadas 30 Varas do Trabalho. O segundo grau possui 11 Turmas Julgadoras e 4 Seções Especializadas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem como missão realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Seus valores institucionais são: ética, acessibilidade, agilidade, transparência, eficiência, inovação, valorização das pessoas, sustentabilidade, efetividade, comprometimento, segurança jurídica, respeito à diversidade e gestão democrática.

A conformidade das atividades do órgão está amparada pela Lei nº 8.112/1990 para a contratação e gestão de servidores e de acordo com o disposto nas Leis nsº 8.666/1993, 14.133/2021, 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e nos Decretos nºs 3.555/2000, 7.892/2013 e 10.024/2019 para contratação de fornecedores.

Em relação à administração contábil e financeira, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região observa os preceitos da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T SP) e do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), assim como as orientações emanadas da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho (Secretaria de Orçamento e Finanças da Justiça do Trabalho (SEOFI/CSJT), a quem compete a supervisão orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Na elaboração e execução orçamentária, são observados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos procedimentos internos definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1. Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, as quais compreendem a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC T SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP - 9ª edição), o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
5. Balanço Orçamentário (BO);
6. Balanço Financeiro (BF);
7. Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI e tiveram como escopo as informações no nível de Unidade Gestora (UG) e Unidade Orçamentária (UO) do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (UG 080014 e UO 15105).

2.2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, conforme apresentado a seguir.

- **Moeda Funcional** - A moeda funcional para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$).
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os caixas e equivalentes de caixa são registrados pelo valor de custo.
- **Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. Para os créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro) é constituído também ajuste para perdas, conforme metodologia indicada na [Macrofunção SIAFI nº 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas](#).
- **Estoques** - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. As entradas nos estoques são registradas pelo valor de aquisição/produção e as saídas pelo custo médio ponderado, de acordo com a [Macrofunção SIAFI](#)

[nº 020319](#). Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas.

- **Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis são registrados pelo valor de aquisição ou pelo valor definido em instrumento de doação, caso sejam obtidos a título gratuito, sendo todos depreciados. Os gastos posteriores à aquisição, quando proporcionam benefícios econômicos futuros, são incorporados ao valor do bem, enquanto que os gastos que não geram benefícios futuros são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva. A baixa de bens móveis ocorre pelo valor contábil líquido. Os bens imóveis são registrados pelo valor de construção, sendo, após o reconhecimento inicial, sujeito à depreciação e à reavaliação positiva ou negativa, contabilizando-se aqueles pendentes de registro no Sistema de Patrimônio da União (SPIUnet) na conta contábil “Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet”; os demais bens imóveis estão contabilizados na conta contábil “Bens de Uso Especial”. Os saldos das obras ainda não concluídas permanecem nas contas contábeis “Estudos e Projetos”, “Obras em Andamento” e “Instalações”.
- **Depreciação de Bens Móveis:** A depreciação dos bens móveis é realizada pelo método linear e o valor apurado mensalmente é reconhecido em contas de variação patrimonial diminutiva. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem, o valor residual, o cálculo da depreciação e as taxas utilizadas são aquelas estabelecidas no Manual SIAFI, [Macrofunção nº 020330](#).
- **Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet:** a depreciação de bens imóveis é apurada mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet, conforme parâmetros predefinidos pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, segundo a natureza e as características dos bens imóveis.
- **Intangível** - Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis são registrados pelo valor de aquisição e aqueles classificados como de vida útil definida são amortizados pelo período estimado de utilização do bem (definido pela área técnica competente). O método de cálculo dos encargos de amortização utilizado é o método das quotas constantes ou método linear, conforme dispõe a [Macrofunção SIAFI nº 020330](#) – Depreciação, Amortização e Exaustão. Os ativos intangíveis classificados como de vida útil indefinida não são passíveis de amortização.
- **Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável** - Na reavaliação dos bens móveis a base de mensuração utilizada é o valor justo (mercado) equivalente ao custo de reposição. Na reavaliação dos bens imóveis o valor atualizado é obtido mediante laudo técnico. Os critérios utilizados para reavaliação dos bens móveis e imóveis são os descritos na [Macrofunção SIAFI nº 020335](#) com a orientação de que a reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa, levando em consideração a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos estão classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis e os valores registrados correspondem a valores de terceiros ou retenções em nome deles. Os demais passivos estão classificados como não circulantes.
- **Ativos e Passivos Contingentes** - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Patrimonial: apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Caso o resultado seja positivo, há superávit patrimonial, e caso contrário, há déficit patrimonial.
- Orçamentário: apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado seja positivo, há superávit orçamentário, e, caso contrário, há déficit orçamentário.
- Financeiro: apurado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa. No Balanço Financeiro, confrontam-se os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, confrontam-se o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa.

3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa são compostos pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender às despesas com vinculação de pagamento, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos.

Por limitação operacional do SIAFI, a contabilização de depósitos de caução - recebidos como garantia de contratos - ocorre na conta contábil 1.1.1.1.1.19.03 Demais Contas - Caixa Econômica Federal, e não na correta conta contábil 1.1.1.3.1.02.00 Garantias, prevista no Plano de Contas do exercício de 2022 (PCASP 2022).

Quadro 1 - Detalhamento de saldo - Caixa e Equivalentes de Caixa

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH
1.1.1.1.1.19.03 - DEMAIS CONTAS – CEF	23.060,01	32.702,31	-29,49%
1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGTO – OFSS	59.253.476,91	47.850.487,57	23,83%
TOTAL	59.276.536,92	47.883.189,88	23,79%

Fonte: SIAFI 2022

O Quadro 2 demonstra a divisão e a evolução da conta limite de saque:

Quadro 2 - Detalhamento de saldo - Limite de saque com vinculação de pagamento – por fonte de recursos

FONTE RECURSOS	2022	2021
00 – RECURSOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	31.982.100,68	17.936.220,45
27 – CUSTAS JUDICIAIS	1.500.867,73	563.708,74
50 – RECURSOS PRÓPRIOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	4.067.412,83	896.002,68
51 - RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	1.372.903,95	11.732.599,44
56 - CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG. SOC. SERV. PUB.	0,00	215.689,89
69 - CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG. SOC. SERV. PUB.	1.772,48	116.499,14
70 - RECURSOS PRÓPRIOS PRIMÁRIOS APLICAÇÃO ESPECÍFICA	7.031.323,57	0,00
81 – RECURSOS DE CONVÊNIOS	13.291.236,50	16.326.121,38
90 – RECURSOS DIVERSOS	5.859,17	63.645,85
TOTAL	59.253.476,91	47.850.487,57

Fonte: SIAFI 2022

3.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber decorrentes de adiantamentos concedidos (salário e auxílio alimentação), infrações legais (créditos de fornecedores encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN para inscrição em dívida ativa), de cessão de áreas públicas (valores não recebidos no prazo de pagamento), acerto financeiro com servidores e ex-servidores e adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada - TED.

Quadro 3 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH
1.1.3.1.1.01.01 13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	6.457.129,26	9.598.999,06	-32,73%
1.1.3.1.1.01.05 SALÁRIOS E ORDENADOS - PGTO ANTECIPADO	1.689.834,63	3.342.387,52	-49,44%
1.1.3.1.1.01.07 ADIANTAMENTO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.093.486,03	3.100.270,27	-0,22%
1.1.3.8.1.07.00 CRÉDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÕES	404.555,59	503.491,16	-19,65%
1.1.3.8.1.13.00 CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUB	0,00	24.788,05	-100,00%
1.1.3.8.1.16.00 CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDORES	32.506,39	28.290,17	14,90%
1.1.3.8.2.38.00 ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESC	762.715,00	0,00	-
TOTAL	12.440.226,90	16.598.226,23	-25,05%

Fonte: SIAFI 2022

O saldo das contas de adiantamento de salários e adiantamento de 13º salário corresponde ao pagamento antecipado aos servidores e magistrados que solicitaram férias a serem usufruídas no período entre 01/01/2023 e 29/01/2023. O saldo constante na conta de adiantamento de auxílio alimentação corresponde aos valores do mês de janeiro de 2023, pagos antecipadamente em dezembro de 2022.

Na conta 1.1.3.8.1.07.00 - Créditos a Receber Decorrentes de Infrações são registrados os créditos de fornecedores encaminhados à PGFN para inscrição em dívida ativa. Os créditos são decorrentes de multas administrativas aplicadas aos fornecedores que descumpriram cláusulas contratuais, sendo, portanto, classificados como dívida ativa não tributária. Após a inscrição em dívida ativa, pela PGFN, os créditos são baixados do ativo do TRT. No exercício de 2022, foi inscrito em dívida ativa o valor de R\$ 603.726,18.

O valor contabilizado na conta 1.1.3.8.2.38.00 - Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada corresponde ao adiantamento de recursos financeiros em favor do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, com o qual o TRT firmou contrato para o desenvolvimento, implantação e manutenção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq.

3.3. Nota 3 – Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo

Desde o exercício de 2020, o TRT4 reconhece um ajuste para perdas estimadas com créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro com Servidor ou Ex-servidor), uma vez que estes apresentam significativa probabilidade de não realização.

Para o cálculo do ajuste para perdas estimadas, é utilizada a metodologia indicada na [Macrofunção SIAFI nº 020342](#) - Ajustes para Perdas Estimadas. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos: Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber).

3.4. Nota 4 – Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almojarifado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo TRT4, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de TIC (teclado, mouse, pen drive), materiais de higiene, limpeza e conservação, entre outros.

Quadro 4 - Detalhamento de saldo - Almoxarifado

DESCRIÇÃO	2022	2021	AV	AH
Material de consumo de TIC	358.402,96	368.249,72	35,18%	-2,67%
Material elétrico e eletrônico	296.706,26	296.564,30	29,13%	0,05%
Material de limpeza e prod. de higienização	38.313,60	179.005,62	3,76%	-78,60%
Material de expediente	162.408,16	214.491,41	15,94%	-24,28%
Material para manut. de bens imóveis/instalações	65.922,98	74.411,96	6,47%	-11,41%
Material de proteção e segurança	10.490,18	16.985,59	1,03%	-38,24%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	11.992,43	23.381,32	1,18%	-48,71%
Material de sinalização visual e outros	21.065,80	22.628,28	2,07%	-6,90%
Material de acondicionamento e emb.	18.120,78	19.349,18	1,78%	-6,35%
Material para comunicações	4.926,44	12.175,07	0,48%	-59,54%
Material para manut. de bens móveis	15.608,50	18.971,00	1,53%	-17,72%
Material para utilização em gráfica	1.049,85	3.862,45	0,10%	-72,82%
Material para áudio, vídeo e foto	2.451,75	2.451,75	0,24%	0,00%
Material de copa e cozinha	2.257,15	1.103,34	0,22%	104,57%
Gêneros de alimentação	8.974,36	193,94	0,88%	4527,39%
TOTAL	1.018.691,20	1.253.824,93	100,00%	-18,75%

Fonte: SIAFI 2022

A maioria dos materiais teve redução dos saldos, pela menor aquisição em decorrência da diminuição de demanda. Além disso, ocorreu a redução de itens estocados de materiais de limpeza, cuja disponibilização passou a ser de responsabilidade da empresa de limpeza contratada. Os saldos dos materiais de copa e cozinha e de gêneros alimentícios tiveram aumento em decorrência da retomada do trabalho presencial no decorrer do exercício.

3.5. Nota 5 – Ajuste de Perdas em Estoques

No exercício de 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 288.608,97 de ajuste para perdas de estoque, em conformidade com a [Macrofunção SIAFI nº 020342](#). Como parâmetro para realização do lançamento, foi utilizado o valor dos itens que não têm saída do estoque há mais de 24 meses. Optou-se por utilizar esse parâmetro em razão do cenário da pandemia, já que existem itens ativos e que são de uso comum do Tribunal que podem não estar sendo utilizados em razão do trabalho remoto. Desse modo, os 24 meses englobam um período no qual o trabalho ocorreu de forma remota, em 2021, e de retomada à forma presencial, a partir de abril de 2022.

3.6. Nota 6 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo correspondem ao adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD, os quais são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Quadro 5 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH
1.2.1.2.1.98.26 ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS	1.075.235,57	1.125.218,52	-4,44%

Fonte: SIAFI 2022

A FUNPRESP-JUD devolveu, em dezembro de 2022, parcela devidamente corrigida do aporte de recursos inicial ocorrido em 2013. O valor da devolução - R\$ 118.694,14 - foi baixado da conta de créditos a receber (conta 1.2.1.2.1.98.26 - Adiantamento de Contrib. Futuras).

3.7. Nota 7 – Imobilizado - Bens Móveis

O ativo imobilizado do TRT4, ao final do exercício de 2022, correspondeu a 77,7% do ativo total, sendo 13,3% de bens móveis e 64,4% de bens imóveis.

Os bens móveis totalizaram, em 31/12/2022, um saldo contábil bruto de R\$ 133.221.791,65, distribuídos nas contas apresentadas no Quadro 6:

Quadro 6 - Detalhamento de saldo - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	2022	AV	2021	AV	AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	6.158.189,36	4,62%	5.067.275,23	3,87%	21,53%
Bens de Informática	77.332.541,60	58,05%	78.719.270,80	60,05%	-1,76%
Móveis e Utensílios	33.232.372,63	24,95%	33.557.126,56	25,60%	-0,97%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.287.752,87	0,97%	871.899,54	0,67%	47,70%
Veículos	5.027.536,22	3,77%	2.885.770,30	2,20%	74,22%
Bens Móveis em Almoxarifado (Estoque)	8.719.102,72	6,54%	8.524.891,67	6,50%	2,28%
Demais Bens Móveis	1.464.296,25	1,10%	1.455.619,31	1,11%	0,60%
Valor Bruto Contábil dos Bens	133.221.791,65	100,00%	131.081.853,41	100,00%	1,63%
(-) Depreciação Acumulada	-80.202.464,98	60,20%	-77.244.704,90	58,93%	3,83%
Valor Contábil Líquido	53.019.326,67	39,80%	53.837.148,51	41,07%	-1,52%

Fonte: SIAFI 2022

No exercício de 2022 foi realizado o inventário físico dos bens móveis. Foi o primeiro inventário anual nas unidades do Tribunal executado de acordo com os termos da Portaria TRT4 nº 3.244/2021, que estabelece as normas gerais sobre administração de materiais de consumo e de bens permanentes. No exercício de 2021, o inventário não foi realizado em razão da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela Pandemia de COVID-19.

Na composição do valor dos Demais Bens Móveis, o valor de R\$ 74.516,89 é referente aos bens móveis não localizados, registrados no SIAFI na conta 1.2.3.1.1.99.07 (Bens Não Localizados) pelo valor líquido contábil, conforme item 20.1 da [Macrofunção SIAFI nº 020330](#), sendo que no Sistema de Patrimônio e no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), por limitação do sistema, constam pelo valor bruto contábil.

No ano de 2022, o Tribunal adquiriu quatorze novos veículos, modernizando a frota para atendimento institucional. Ao longo do exercício de 2023, há previsão de realização de doação do mesmo número de veículos comprados, diminuindo assim a idade média da frota e os gastos com manutenção.

O Quadro 7 apresenta a movimentação dos bens móveis:

Quadro 7 - Detalhamento das movimentações no período - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Saldo anterior	Ajustes Patrimoniais	ENTRADAS		SAÍDAS		Baixa da depreciação de bens não localizados	Saldo atual
			Aquisições	Outras	Doação/Transf.	Inutiliz/Outros		
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	5.284.380,20		1.109.541,30		12.740,80	19.548,05	10.325,10	6.351.307,55
Bens de Informática	84.965.046,33	1.933,46	9.178.066,25		9.726.499,29	193.290,79	16.771,89	84.208.484,07
Móveis e Utensílios	35.260.157,45	473,55	334.554,33	7.704,32	739.723,22	8.747,23	17.292,44	34.837.126,76
Material Cultural, Educac.e de Comunicação	1.290.404,82		42.329,00		6.983,01	35,90	1.979,10	1.323.735,81
Veículos	2.891.076,25	238,08	2.236.520,00		92.429,27	955,85	0,00	5.034.449,21
Outros Bens Móveis	1.390.788,36		78.053,95		1.317,00	837,06	0,00	1.466.688,25
TOTAL	131.081.853,41	2.645,09	12.979.064,83	7.704,32	10.579.692,59	223.414,88	46.368,53	133.221.791,65

Fonte: Sistema de Patrimônio / SIAFI 2022

O Quadro 8 apresenta o grau de depreciação dos bens móveis:

Quadro 8 - Grau de Depreciação - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	% Depreciação
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	6.351.307,55	2.620.413,50	41,26%
Bens de Informática	84.208.484,07	54.074.686,78	64,22%
Móveis e Utensílios	34.837.126,76	21.270.129,08	61,06%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.323.735,81	512.654,83	38,73%
Veículos	5.034.449,21	1.508.154,97	29,96%
Demais Bens Móveis	1.466.688,25	216.425,82	14,76%
Total Bens Móveis	133.221.791,65	80.202.464,98	60,20%

Fonte: SIAFI 2022

3.8. Nota 8 – Imobilizado - Bens Imóveis

No Quadro 9 é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, nos exercícios de 2022 e de 2021:

Quadro 9 - Detalhamento de saldo - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	2022	AV	2021	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	254.161.109,23	98,89%	261.456.760,37	100,00%	-2,79%
Bens Imóveis em Andamento	7.367,25	0,00%	3.584,00	0,00%	105,56%
Instalações	2.842.805,34	1,11%	0,00		
Saldo Contábil Bruto	257.011.281,82	100,00%	261.460.344,37	100,00%	-1,70%
(-) Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis	-529.007,64	-0,21%	-281.424,52	-0,11%	87,97%
Saldo Contábil Líquido	256.482.274,18	99,79%	261.178.919,85	99,89%	-1,80%

Fonte: SIAFI 2022

A composição dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet está detalhada no Quadro 10:

Quadro 10 - Detalhamento de saldo - Bens de Uso Especial

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet	SIAFI	SPIUnet	
		Terreno	Benfeitoria
1.2.3.2.1.01.02 EDIFÍCIOS	236.153.120,94	94.717.097,69	141.436.023,25
1.2.3.2.1.01.03 TERRENOS/GLEBAS	17.674.988,29	17.674.988,29	
1.2.3.2.1.01.22 ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	333.000,00	333.000,00	
TOTAL	254.161.109,23	112.725.085,98	141.436.023,25

Fonte: SIAFI 2022 e SPIUnet

No SIAFI, conforme demonstrado no Quadro 10, o saldo da conta 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios é composto pela soma do valor dos terrenos e das benfeitorias (edificações) dos imóveis. Esse valor é repassado de forma automática pelo SPIUnet.

Em comparação ao exercício anterior, ocorreu uma diminuição de R\$ 7.295.651,14 na conta Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet, decorrente da devolução à Superintendência do Patrimônio da União de dois imóveis localizados no município de Porto Alegre/RS, no valor total de R\$ 7.490.467,17. Além disso, ocorreu a desincorporação de benfeitorias no prédio do Foro Trabalhista de Porto Alegre, no valor de R\$ 93.507,37. Por outro lado, em 2022, o terreno onde está instalada a Vara do Trabalho de Santo Ângelo teve alteração positiva de valor de R\$ 288.323,40.

Os valores em Bens Imóveis em Andamento (Obras em Andamento) referem-se às despesas com laudo de meio biótico e assessoramento para a renovação do licenciamento ambiental para a obra de construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande, e com a ampliação do Foro Trabalhista de São Leopoldo.

O valor constante na conta 1.2.3.2.1.07.00 - Instalações se refere à instalação de sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica nas seguintes unidades do TRT4: Pelotas, Bagé, Arroio Grande, Gravataí, Taquara, Santa Maria, São Borja, Vacaria, Santo Ângelo, Estrela, Alegrete, Canoas, Lajeado, Cachoeira do Sul, Camaquã, Estância Velha, Triunfo, Uruguaiiana e Lagoa Vermelha.

A depreciação dos bens imóveis incide apenas sobre o valor das benfeitorias (edifícios e instalações) e é registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base nas informações repassadas pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e conforme previsto no art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU no 703, de 10 de dezembro de 2014.

A depreciação do imóvel de Guaíba, que não era lançada em virtude da necessidade de regularização do registro do imóvel junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), passou a ser registrada a partir do mês de fevereiro de 2022.

3.9. Nota 9 – Intangível

No TRT4 os bens intangíveis são compostos exclusivamente por softwares, que estão assim classificados:

Quadro 11 - Detalhamento de saldo - Ativos Intangíveis

INTANGÍVEL	2022	2021	AV	AH
Softwares com Vida Útil Definida	8.669.058,94	5.838.988,05	48,48%	48,47%
Softwares com Vida Útil Indefinida	9.213.947,05	8.470.312,65	51,52%	8,78%
Valor Contábil Bruto	17.883.005,99	14.309.300,70	100,00%	24,97%
(-) Amortização Acumulada	-4.453.030,98	-3.656.462,30	-24,90%	21,79%
Valor Contábil Líquido	13.429.975,01	10.652.838,40	75,10%	26,07%

Fonte: SIAFI 2022

Ao final de 2022, foi adquirido pelo Tribunal um software de vida útil definida, no valor R\$ 3.042.980,00, o que contribui para o aumento de 48,47% desses ativos. Tal software trata-se de solução de gerenciamento de vulnerabilidade, baseada em risco, dos ativos de Tecnologia da Informação, adquirido diante da necessidade de adoção das melhores práticas para o efetivo monitoramento e controle das vulnerabilidades no ambiente tecnológico.

O cálculo da amortização dos ativos intangíveis é realizado através de planilhas manuais, pois, apesar desses ativos serem registrados no sistema de controle patrimonial, tal sistema não possui a funcionalidade de cálculo da amortização. É aguardada a implantação de um sistema, ou melhoria no sistema atual, que tenha a funcionalidade de cálculo da amortização para subsidiar os devidos lançamentos no SIAFI e para o melhor controle das informações.

Tramita na área técnica proposição de constituição de uma comissão para a realização de teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos por este Tribunal.

No Anexo 1 consta a relação dos ativos intangíveis (softwares) significativos utilizados por este Tribunal, desenvolvidos internamente ou por outro órgão da Justiça do Trabalho, que não são reconhecidos como ativos por não atenderem os critérios de reconhecimento, conforme orientações da Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT por meio da Nota Técnica Seofi/CSJT nº 1/2022.

3.10. Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

Conforme observa-se no Quadro 12, no curto prazo, as obrigações trabalhistas correspondem às férias a pagar, ao provisionamento dos encargos patronais (INSS, PSSS e Funpresp), incidentes sobre a folha de férias, e aos débitos com servidores e magistrados, para os quais não há suficiência de créditos.

Quadro 12 - Detalhamento de saldo - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo e Longo Prazo

	2022	AV	2021	AV	AH
2.1.1.1.1.01.03 FÉRIAS A PAGAR	71.657.240,59	59,70%	67.220.246,15	84,60%	6,60%
2.1.1.1.1.03.00 PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,53	0,00%	0,00	0,00%	-
2.1.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	41.687.882,94	34,73%	9.451.805,94	11,90%	341,06%
2.1.1.4.1.03.02 CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	1.785.823,01	1,49%	988.944,00	1,24%	80,58%
2.1.1.4.2.01.01 INSS-CONTRIB.S/SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES -INTRA	249.975,56	0,21%	184.679,90	0,23%	35,36%
2.1.1.4.2.01.03 INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS -INTRA	404.611,37	0,34%	0,00	0,00%	-
2.1.1.4.2.13.00 PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	4.221.011,04	3,52%	1.593.034,30	2,00%	164,97%
2.1.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	17.170,02	0,01%	18.197,75	0,02%	-5,65%
TOTAL	120.023.715,06	100,00%	79.456.908,04	100,00%	51,06%

Fonte: SIAFI 2022

Os passivos são contabilizados e pagos de acordo com a regulamentação em vigor. Atualmente, a contabilização segue as orientações contidas na [Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019](#), atualizada em junho de 2021. A classificação do passivo entre circulante e não circulante não depende da expectativa do pagamento, mas do prazo para exigibilidade da obrigação. Dessa forma, os passivos trabalhistas exigíveis da Justiça do Trabalho estão contabilizados no curto prazo, independente da disponibilidade orçamentária.

Em 2022 houve um aumento expressivo nos valores dos passivos relativos às obrigações trabalhistas devido ao recálculo da correção monetária e dos juros na Parcela Autônoma de Equivalência - PAE em face da inclusão do auxílio-moradia no período de setembro de 1994 a agosto de 1999, nos termos da decisão do Pleno do Conselho Superior da Justiça do trabalho, nos autos do Processo

CSJT-AN-4601-53.2022.5.90.0000, que alterou o art. 7º da Resolução CSJT nº 137/2014, comunicado a este Tribunal por meio da Mensagem SEOFI/CSJT Nº 35/2022. Essa mesma mensagem, em relação à PAE, determinou priorizar o envio das situações de valores devidos e não pagos, e das situações já pagas com necessidade de atualização de índices. Também provocou um aumento expressivo nos valores dos passivos da PAE o retorno da incidência de juros, conforme detalhado na Mensagem SEOFI/CSJT Nº 38/2022. Destacamos também, como fator de aumento expressivo nos passivos o afastamento da prescrição, conforme Processo Nº CSJT-PP-5401-81.2022.5.90.0000.

O Quadro 13 apresenta os pagamentos de passivos e respectivos encargos no exercício de 2022:

Quadro 13 - Detalhamento de Passivos Pagos

PASSIVOS	VALOR
PASSIVO-PAEAUX - AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	2.516.863,05
AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	54.688.274,20
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - MAGISTRADO	10.111.369,95
PASSIVO-ABPERM-ABONO PERMANÊNCIA - SERVIDOR	2.238.878,25
PASSIVO-ABPERM-ABONO PERMANÊNCIA - MAGISTRADO	688.535,24
DIF.PROVENTOS/PENSOES-SERVIDOR	440.395,09
TOTAL	70.684.315,78

Fonte: SIAFI 2022

O Quadro 14 apresenta o saldo final do exercício de 2022 das contas de passivos trabalhistas:

Quadro 14 - Detalhamento de Saldo - Passivos Trabalhistas

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO FINAL
2.1.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	DIF.PROVENTOS/PENSÕES - CLASSISTA	116.998,31
	AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	9.523.737,93
	ABONO PERMANÊNCIA - MAGISTRADO	65.490,30
	DIF. SUBSIDIOS - MAGISTRADO	24.147,24
	GRATIF. EXERC. CUMULATIVO DE JURISDIÇÃO	280.965,00
	AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	30.741.405,73
	ABONO PERMANÊNCIA - SERVIDOR	447.227,49
	ADIC.PERICUL,INSAL.E NOT . - SERVIDOR	243.342,92
	DIF.AD.FERIAS E IND.-SERVIDOR	113.616,32
	DIF.PROVENTOS/PENSOES-SERVIDOR	51.575,29
	DIF.REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	36.655,29
	LICENÇA PRÊMIO IND.-SERVIDOR	41.786,70
	PLANO DE CARREIRA-SERVIDOR	934,42
TOTAL	41.687.882,94	
2.1.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	786,99
	DIF.SUBSIDIOS - MAGISTRADO	9.175,90
	DIF.REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	7.105,06
	PLANO DE CARREIRA-SERVIDOR	102,07
TOTAL	17.170,02	

Fonte: SIAFI 2022

3.11. Nota 11 - Resultados Acumulados

O Patrimônio Líquido do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é constituído pelos Resultados Acumulados do exercício, de exercícios anteriores e de ajustes de exercícios anteriores.

Quadro 15 - Detalhamento de saldo - Patrimônio Líquido

CONTA CONTÁBIL	2022	2021
Resultados Acumulados	277.737.500,16	312.250.076,35
Resultado do Exercício	61.656.884,61	19.258.641,40
Resultados de Exercícios Anteriores	312.250.076,35	297.519.524,87
Ajustes de Exercícios Anteriores	-96.169.460,80	-4.528.089,92

Fonte: SIAFI 2022

A apuração do resultado patrimonial do exercício implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

Os Ajustes de Exercícios Anteriores indicam lançamentos decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser imputados a fatos subsequentes. Os valores contabilizados no exercício de 2022 na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes de diversos lançamentos, conforme o Quadro 16.

Quadro 16 - Detalhamento de saldo - Ajustes de Exercícios Anteriores

LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS	Valor
Ajuste de depreciação	1.464,99
Apropriação de bens móveis	7.704,32
Apropriação de créditos	46.914,38
Apropriação de passivos de pessoal	-99.154.255,10
Baixa de bens móveis	-7.458,12
Baixa de bens imóveis	-93.507,37
Baixa de créditos	-9.346,53
Baixa de passivos de pessoal	3.159.061,89
Pagamento de despesas de exercícios anteriores - custeio	-120.039,26
TOTAL	-96.169.460,80

Fonte: SIAFI 2022

O valor mais significativo contabilizado como Ajuste de Exercícios Anteriores, no montante de R\$ 95.615.519,08, refere-se à atualização dos passivos trabalhistas da Justiça do Trabalho referente a exercícios anteriores, decorrentes da alteração dos índices de atualização promovida pela Resolução CSJT nº 343/2022.

Em 09/03/2023, a Setorial Contábil da Justiça do Trabalho encaminhou a mensagem SIAFI nº 2023/3250696 com o entendimento de que a atualização dos passivos de acordo com a alteração promovida pela Resolução CSJT nº 343/2022 se deu com base em fato novo subsequente, de modo que se encaixa nas diretrizes do item 4.8.2 da [Macrofunção SIAFI nº 021141](#). Desta forma, o valor deveria ter sido registrado numa conta de VPD do exercício, uma vez que se trata de fato gerador do exercício 2022, e não na conta do PL, de Ajuste de Exercícios Anteriores. Com base nesse entendimento, se a contabilização tivesse ocorrido na conta de variação patrimonial diminutiva, o Resultado do Exercício passaria de superávit de R\$61.656.884,61 para um déficit de R\$ 33.958.634,47 e a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores passaria de R\$ 96.169.460,80 para o valor R\$ 553.941,72.

3.12. Nota 12 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, tais como as obrigações contratuais a executar.

O valor de R\$ 788.325,00, constante em Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres, corresponde ao saldo de obrigação de descentralização orçamentária em favor do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, com o qual o TRT4 firmou contrato para o desenvolvimento, implantação e manutenção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq.

Em 31/12/2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía um saldo de R\$ 260.351.912,56 relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas durante sua vigência. O Quadro 17 apresenta as obrigações segregadas por natureza dos contratos:

Quadro 17 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Composição

CONTA CONTÁBIL	2022	2021	AH
8.1.2.3.1.02.01 - Serviços	247.549.680,01	247.932.898,82	-0,15%
8.1.2.3.1.03.01 - Aluguéis	6.386.569,85	9.920.519,63	-35,62%
8.1.2.3.1.04.01 - Fornecimento de Bens	6.415.662,70	6.704.797,86	-4,31%
TOTAL	260.351.912,56	264.558.216,31	-1,59%

Fonte: SIAFI 2022

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 95,08% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2022 e tiveram um decréscimo de 1,59% em relação aos valores contratados em dezembro de 2021.

No Quadro 18 estão relacionados os contratados mais significativos:

Quadro 18 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Pelo contratado

CONTRATADO		SALDO	AV
CNPJ	NOME		
87096616000196	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA	153.359.401,68	58,90%
21001742000101	EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	17.671.265,67	6,79%
08282615000402	INTERSEPT SEGURANÇA LTDA	11.464.768,44	4,40%
04970088000125	PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI	6.479.380,27	2,49%
00856424000152	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	6.301.084,02	2,42%
92954957000195	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL	5.485.944,51	2,11%
70315650000101	LS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA	4.425.461,44	1,70%
08467115000100	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.123.533,01	1,58%
34028316002661	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	3.312.641,47	1,27%
13609718000121	JD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	3.168.208,66	1,22%
NA	OUTROS	44.560.223,39	17,12%
	TOTAL	260.351.912,56	100,00%

Fonte: SIAFI 2022

A seguir é apresentado o objeto das principais contratações:

- CNPJ 87096616000196 - UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA - Contratação de serviços de Assistência à Saúde.
- CNPJ 21001742000101 - EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA: Construção de prédio - Foro Trabalhista de Rio Grande.
- CNPJ 08282615000402 - INTERSEPT SEGURANÇA LTDA: Contratação de serviços de vigilância armada para as unidades judiciárias e administrativas do Tribunal.
- CNPJ 04970088000125 - PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI: Contratação de serviço de limpeza.

- CNPJ 00856424000152 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA: Contratação de serviço privado de assistência à saúde odontológica.
- CNPJ 92954957000195 - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL - CIEE-RS: Contratação de agente de integração para intermediação do Programa de Estágio do Tribunal.
- CNPJ 70315650000101 - LS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA: Manutenção predial e serviços comuns de engenharia.
- CNPJ 08467115000100 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D: Contratação de fornecimento de energia elétrica.
- CNPJ 34028316002661 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: Prestação de serviços postais diversos.
- CNPJ 13609718000121 - JD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI: Manutenção predial e serviços comuns de engenharia.

3.13. Nota 13 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Variações Patrimoniais Aumentativas são compostas principalmente (94,49%) por transferências financeiras recebidas pelo TRT4 relativas à execução orçamentária.

O Quadro 19 apresenta o detalhamento das receitas de transferências e delegações recebidas:

Quadro 19 - Receitas com Transferências e Delegações Recebidas

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2022	2021	AH
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	Sub-Repasse Recebido	1.936.003.970,75	1.837.217.836,23	5,38%
	Transferências Recebidas para Pgto	0,00	10.000,00	-100,00%
	Demais Transferências Recebidas	2.315.717,18	1.206.780,24	91,89%
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	1.904.013,42	1.225.348,94	55,39%
	Movimentações de Var. Patrim. Aumentiva	10.547,00	7.318,53	44,11%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	Transferências Voluntárias	0,00	19.704.024,00	-100,00%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	Doações/Transferências Recebidas	2.087,53	4.770,54	-56,24%
TOTAL		1.940.236.335,88	1.859.376.078,48	4,35%

Fonte: SIAFI 2022

No exercício de 2022, os recursos financeiros repassados pelo CSJT, oriundos de contratos com instituições financeiras para captação e manutenção dos saldos dos depósitos judiciais da Justiça do Trabalho, passaram a ser contabilizados como receita de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, e não mais como receita de Transferências Intergovernamentais Recebidas.

3.14. Nota 14 – VPA - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2022, o terreno onde está instalada a Vara do Trabalho de Santo Ângelo teve alteração positiva de valor de R\$ 288.323,40. O valor foi contabilizado de forma automática, pelo Spiunet, na VPA de Reavaliação de Ativos, e não na conta de Reserva de Reavaliação, constante no patrimônio líquido, conforme orientado na [Macrofunção SIAFI nº 020335](#) - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

3.15. Nota 15 – VPD - Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos (54,38%), referentes aos servidores ativos, e a Benefícios Previdenciários e Assistenciais (28,51%), relacionados com o pagamento de inativos.

Quadro 20 - Despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2022	2021	AH
PESSOAL E ENCARGOS	Remuneração a Pessoal	852.972.503,50	845.641.245,18	0,87%
	Encargos Patronais	183.001.518,01	177.628.186,08	3,03%
	Benefícios a Pessoal	47.052.197,09	46.660.167,67	0,84%
TOTAL		1.083.026.218,60	1.069.929.598,93	1,22%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias e Reformas	455.809.636,70	462.312.598,25	-1,41%
	Pensões	111.122.507,71	106.646.497,53	4,20%
	Outros Benefícios Previd. e Assist.	869.206,63	856.646,32	1,47%
TOTAL		567.801.351,04	569.815.742,10	-0,35%

Fonte: SIAFI 2022

Os outros benefícios previdenciários e assistenciais compreendem as despesas com auxílio-funeral e auxílio-natalidade.

3.16. Nota 16 – VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Conforme demonstra o Quadro 21, no ano de 2022 as despesas com consumo de materiais, serviços de terceiros de pessoas física e jurídica, e depreciação e amortização tiveram um aumento de 43,93% em relação ao exercício anterior:

Quadro 21 - Despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2022	2021	AH
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	Uso de Material de Consumo	1.016.215,78	661.812,03	53,55%
	Serviços	122.636.604,57	81.223.516,03	50,99%
	Depreciação, Amortização e Exaustão	13.741.845,62	13.575.523,25	1,23%
TOTAL		137.394.665,97	95.460.851,31	43,93%

Fonte: SIAFI 2022

O aumento significativo das despesas relacionadas com consumo de materiais e com serviços está relacionado com a retomada das atividades presenciais nas unidades judiciárias e administrativas do TRT4, estabelecida pela Portaria Conjunta nº 1268/2020.

Os principais materiais incluídos no item Material de Consumo Imediato, do Quadro 22, são gastos com a manutenção de bens imóveis e instalações (R\$ 70.500,88), com proteção e segurança (R\$ 69.201,15) e para manutenção de bens móveis (R\$ 61.800,00).

Quadro 22 - Detalhamento Consumo de Materiais

DESCRIÇÃO	2022	AV	2021	AV	AH
Consumo de Materiais Estocados - Almoarifado	298.400,41	29,36%	152.094,01	22,98%	96,19%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	124.000,94	12,20%	31.491,24	4,76%	293,76%
Consumo de Gêneros de Alimentação	13.082,95	1,29%	875,42	0,13%	1394,48%
Consumo de Material de Processamento de Dados	202.442,70	19,92%	172.632,71	26,08%	17,27%
Material de Consumo Imediato	338.118,24	33,27%	296.145,88	44,75%	14,17%
Consumo de Material Farmacológico	4.104,04	0,40%	0,00	0,00%	-
Consumo de Material Hospitalar	4.130,00	0,41%	0,00	0,00%	-
Distribuição de Material Gratuito	31.936,50	3,14%	8.572,77	1,30%	272,53%
TOTAL	1.016.215,78	100,00%	661.812,03	100,00%	53,55%

Fonte: SIAFI 2022

A retomada das atividades presenciais nas unidades do TRT4 impulsionou o aumento das despesas com diárias, fornecimento de alimentação e serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem.

Quadro 23 - Detalhamento Despesas com Serviços

DESCRIÇÃO	2022	2021	AH
Diárias	1.873.928,45	269.823,41	594,50%
Fornecimento de Alimentação	99.734,27	7.350,00	1256,93%
Locações e Arrendamentos	5.587.609,24	5.003.275,59	11,68%
Seguros em Geral	48.835,78	65.182,02	-25,08%
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	32.153.806,82	24.732.443,01	30,01%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	5.535.772,75	4.817.008,42	14,92%
Serviço de Comunicação, Gráficos e Audiovisual	4.901.722,18	4.350.360,08	12,67%
Serviços de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem	663.586,56	98.939,36	570,70%
Serviços Administrativos	299.601,18	306.689,17	-2,31%
Serviços Educacionais e Culturais	1.460.877,39	1.935.141,69	-24,51%
Serviços Técnicos Profissionais	70.011.129,95	39.637.303,28	76,63%
TOTAL	122.636.604,57	81.223.516,03	50,99%

Fonte: SIAFI 2022

3.17. Nota 17 – VPD - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As despesas com Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas, no valor de R\$ 79.702,29, são decorrentes dos lançamentos adicionais de ajuste para perdas de débitos de ex-servidores (R\$ 78.575,36) e de ajustes de perdas de estoque de material de consumo (R\$ 78.575,36).

As despesas com incorporação de passivos apresentaram o montante aproximado de R\$ 82 milhões, são de precatórios de natureza alimentar e comum devidos pela administração direta e indireta da União e de Requisições de pequeno valor - RPV.

As despesas decorrentes de Desincorporação de Ativos correspondem a créditos inscritos em Dívida Ativa (R\$ 603.726,18), créditos a receber referentes ao adiantamento à FUNPRESP-JUD (R\$ 118.694,14) e por outras desincorporações de Ativos (R\$ 40.389,80).

3.18. Nota 18 – Balanço Orçamentário

O TRT da 4ª Região integra o Orçamento Geral da União através da Unidade Orçamentária (UO) 15105. Os valores expostos no Balanço Orçamentário refletem a execução dos recursos orçamentários alocados em sua unidade orçamentária e autorizados na Lei nº 14.303/2022, Lei Orçamentária Anual - LOA 2022, não compreendendo aqueles cuja execução realiza-se de forma descentralizada (próprios de outra UO).

A LOA 2022 consignou ao TRT4 dotação orçamentária inicial de R\$ 1.828.694.041,00. No decorrer do exercício, contudo, foram realizados ajustes que permitiram adequar a dotação autorizada e resultaram em um acréscimo de R\$ 66.726.913,00. A dotação final ficou em R\$ 1.895.420.954,00. Em 2021, a dotação orçamentária consignada pela LOA foi de R\$ 1.797.015.986,00.

Em 2022, foram empenhados R\$ 1.867.030.472,16, o que corresponde a 98,50% do valor da dotação total. O Quadro 24 apresenta o detalhamento da execução orçamentária no ano de 2022. Observa-se que foram liquidadas 98,94% das despesas empenhadas e pagas praticamente 100% das despesas liquidadas.

Quadro 24 - Despesas Orçamentárias da UO 15105

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	AV	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS LIQUIDADAS / DESPESAS EMPENHADAS (%)	DESPESAS PAGAS	DESPESAS PAGAS / DESPESAS LIQUIDADAS (%)
DESPESAS CORRENTES	1.845.501.810,91	98,85%	1.836.812.153,81	99,53%	1.835.984.435,66	99,95%
Pessoal e Encargos Sociais	1.650.585.819,18	88,41%	1.649.867.832,90	99,96%	1.649.798.260,17	100,00%
Outras Despesas Correntes	194.915.991,73	10,44%	186.944.320,91	95,91%	186.186.175,49	99,59%
DESPESAS DE CAPITAL	21.528.661,25	1,15%	10.481.718,35	48,69%	10.481.718,35	100,00%
Investimentos	21.528.661,25	1,15%	10.481.718,35	48,69%	10.481.718,35	100,00%
TOTAL	1.867.030.472,16	100,00%	1.847.293.872,16	98,94%	1.846.466.154,01	99,96%

Fonte: SIAFI 2022

Em relação aos grupos de natureza da despesa, apresentam-se as seguintes considerações:

Pessoal e encargos sociais: são as despesas com pessoal ativo e inativo (aposentados e pensionistas) e encargos sociais.

Em 2022 as despesas com pessoal totalizaram R\$ 1.649.798.260,17. Em relação ao exercício de 2021, o acréscimo foi de 2,57%, com incremento de R\$ 41.377.774,33. Essa diferença refere-se principalmente ao pagamento de passivos referentes a diferenças do recálculo de correção monetária e juros, em cumprimento à alteração do artigo 7º da Resolução CSJT nº 137/2014 (vide Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo). Além disso, refere-se à inclusão em folha das vantagens reconhecidas aos juizes classistas e seus pensionistas civis na ADI 5179, ao aumento de aposentadorias e pensões sujeitas ao reajuste dos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social, e ao crescimento vegetativo da folha de pagamento de ativos (adicional de qualificação, progressões, abono de permanência).

Outras despesas correntes: compreendem as despesas com benefícios a servidores e magistrados, custeio e Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG.

No grupo “outras despesas correntes”, a mais significativa é a despesa com benefícios a servidores e magistrados, com a qual foram gastos R\$ 104,6 milhões, representando 56,4% do grupo ODC. A despesa com Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJG) totalizou R\$ 15,0 milhões. Por conta das medidas de distanciamento social para o combate à pandemia do coronavírus, as despesas de custeio apresentaram redução significativa, de R\$ 68,0 milhões em 2019 para R\$ 49,8 milhões em 2020 e R\$ 50,5

em 2021. Em 2022, com a redução das restrições sanitárias e a retomada das atividades presenciais, o montante da despesa voltou ao patamar anterior, totalizando R\$ 65,8 milhões.

Investimentos: são os recursos orçamentários utilizados em patrimônio permanente, como desenvolvimento de sistemas de TI, aquisição de móveis e equipamentos e construção de prédios.

As despesas de capital pagas relativas ao orçamento de 2022 atingiram o montante de R\$ 10.481.718,35, sendo que R\$ 7,6 milhões, o equivalente a 72,6%, foram destinados para a aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar para 2023 totalizaram R\$ 24.145.837,77. Em relação ao exercício de 2022, a redução foi de R\$ 1,3 milhão. Para outras despesas correntes destaca-se a inscrição para pagamento dos serviços de vigilância armada para as unidades judiciárias e administrativas do TRT4 (R\$ 962.397,37). Já para investimentos, o destaque para a inscrição foi à Construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande (R\$ 3.732.773,10). O total reinscrito para 2023 somou R\$ 3.581.519,62, deste saldo, R\$ 914.554,01 refere-se aos compromissos contratuais com a instalação dos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica on-gride e R\$ 1.419.869,54 refere-se a Reforma parcial (retrofit) do 5º pavimento e da ala Norte do 6º pavimento do prédio sede do TRT4. Não houve nenhuma reinscrição de empenhos de 2020.

3.19. Nota 19 – Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT4 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as despesas orçamentárias vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Além disso, no Balanço Financeiro as despesas orçamentárias apresentadas correspondem a todas as despesas empenhadas pela Unidade Gestora do TRT4 (080014). O valor é superior ao total das despesas empenhadas apresentado no Balanço Orçamentário da UO 015105, pois considera também os créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias.

O Quadro 25 apresenta o resultado financeiro do TRT4 nos exercícios de 2022 e 2021:

Quadro 25 - Resultado Financeiro

Ingressos e Dispendios	2022	2021
Receitas Orçamentárias	0	0
(-) Despesas Orçamentárias	1.948.340.970,91	1.857.166.271,84
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-1.948.340.970,91	-1.857.166.271,84
Transferências Financeiras Recebidas	1.940.223.701,35	1.839.659.965,41
(-)Transferências Financeiras Concedidas	96.709.510,04	81.761.943,13
Subtotal (Resultado das Transferências)	1.843.514.191,31	1.757.898.022,28
Recebimentos Extraorçamentários	135.804.698,77	124.530.969,45
(-)Despesas Extraorçamentárias	19.584.572,13	7.195.319,33
Subtotal (Resultado Extra orçamentário)	116.220.126,64	117.335.650,12
Total (Resultado Financeiro)	11.393.347,04	18.067.400,56
Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	59.276.536,92	47.883.189,88
Saldo Caixa do Exercício Anterior	47.883.189,88	29.815.789,32
Total (Resultado Financeiro)	11.393.347,04	18.067.400,56

Fonte: SIAFI 2022

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extra orçamentárias foram superavitários. O resultado financeiro foi superavitário, ou

seja, o ingresso de recursos no exercício de 2022 foi suficiente para cobertura de todas as despesas orçamentárias e, ainda, permitiu uma sobra de caixa de R\$ 11.393.347,04.

3.20. Nota 20 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) oferece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

O Quadro 26 apresenta um resumo da DFC, demonstrando o resultado líquido de cada atividade e a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Quadro 26 - Geração Líquida de Caixa

Fluxos de Caixa	2022	2021	AH	Varição absoluta
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31.573.569,19	28.427.631,38	11,07%	3.145.937,81
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-20.180.222,15	-10.360.230,82	94,79%	9.819.991,33
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-		
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.393.347,04	18.067.400,56	-36,94%	-6.674.053,52
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	47.883.189,88	51.974.012,16	-7,87%	-4.090.822,28
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	59.276.536,92	70.041.412,72	-15,37%	-10.764.875,80

Fonte: SIAFI 2022

Em 2022, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 11.393.347,04, conforme o Quadro 26. Verifica-se que as “atividades operacionais” tiveram uma variação positiva em relação a 2021, de aproximadamente de R\$3,1 milhões. As “atividades de investimento” tiveram em 2022 mais desembolsos, se comparadas aos de 2021, gerando uma variação de 94,79%.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1. Ativos contingentes

Ativo Contingente é um ativo possível, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

No TRT4, o valor registrado em contas de controle, referentes a ativos contingentes, totaliza R\$ 2.376.787,38, assim distribuídos:

- R\$ 326.087,34 referem-se ao ressarcimento de valores pagos a maior a empresa prestadora de serviços que foi beneficiada pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012;
- R\$ 1.397.639,37 referem-se a multa administrativa imposta à empresa por descumprimento de cláusula contratual, sendo o encaminhamento para inscrição em dívida ativa suspenso em razão de interposição de recurso judicial pela empresa;
- R\$ 653.060,67 referem-se a valores pagos indevidamente a ex-servidores e pensionistas (os procedimentos administrativos para reposição ao erário estão suspensos, em razão da interposição de processo judicial por parte dos ex-servidores/pensionistas).

Os valores contabilizados se mantiveram os mesmos do exercício de 2021.

4.2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O PIPCP regulamentado pela Portaria STN nº 548/2015 estabelece os prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

Apresentamos abaixo a situação do PIPCP neste TRT4:

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Situação		
	não iniciado	em andamento	implantado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	X		
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica		
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			X
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			X
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.			X
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			X
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			X
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Não se aplica		
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica		
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			X
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica		
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			X
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			X
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			X
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico pela STN		

ANEXO 1 - RELAÇÃO DE SOFTWARES SIGNIFICATIVOS NÃO RECONHECIDOS COMO ATIVOS

Sistemas Judiciais

Nome e Sigla	Descrição
Aeropauta	Apresenta pautas de audiências em monitor em cada Foro.
ARQUI	Registro de processos arquivados provisoriamente.
AUD4	Sistema de audiências integrado ao PJe-JT.
AutoCCLE	Aplicação para automatizar o cadastramento de CCLE no PJe.
BNDT (registro e envio)	Envio eletrônico de informações ao BNDT.
Urna Eletrônica	Sistema eletrônico de votação.
Consulta Processual	Consulta à tramitação processual.
Extrator DataJud	Sistema de extração e envio de dados estatísticos para o CNJ
Distribuição e Compensação PJe	Sistema para ajuste de acumuladores do PJe
e-Carta	Sistema para envio de correspondências eletrônicas
e-Gestão 1º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 1º Grau.
e-Gestão 2º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 2º Grau.
e-Jus ²	Sistema de apoio à produção de acórdãos e às sessões de julgamento.
e-Rec	Sistema para administração de recursos de revista e agravos de instrumento.
e-Remessa	Sistema para envio e recebimento de recursos ao TST.
FAE	Ferramenta de Apoio à Execução
Garimpo	Sistema para localizar valores referentes a depósitos recursais, honorários periciais e alvarás não sacados
GPPEC	Sistema nacional para gestão de precatórios
inFOR	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 1º grau.
Íntegra offline PJe	Sistema para geração de íntegra offline de processos eletrônicos (PJe).
JTe	Aplicativo de consulta processual e assinatura no PJe
Jurisprudência (Internet e e-Jus ²)	Pesquisa textual em decisões publicadas, despachos e outros documentos.
NovaJus4	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 2º grau.
NUGEP	Sistema de Gerenciamento de Precedentes
Pauta Online	Apresenta pautas de audiências no portal corporativo.
pDep	Sistema de administração de processos arquivados definitivamente.
PJ4 – Peticionamento Eletrônico	Sistema de peticionamento eletrônico em processos físicos.
PJe-CALC	Sistema de elaboração de cálculos trabalhistas
PJe-JT 1º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 1º grau.
PJe-JT 2º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 2º grau.
Publicação DEJT 1º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 1º Grau pela Corregedoria.
Replicante	Sistema de Replicação de índices do cálculo antigo e novo
RPHP	Sistema para registro de requisições de pagamento de honorários periciais.
Sessões Online	Apresenta pautas de sessões de julgamento no portal corporativo.
Sistema de apoio ao PJe	Consulta por nome parte e controle de distribuição de processos no 2º grau.
SAO	Sistema satélite PJe para geração de relatórios
Sistema de Relatórios do PJe (SERP)	Ferramenta para geração de relatórios a partir dos dados armazenados no PJe
Sistema de Precatórios - Precat	Sistema para administração de precatórios.
VIPE	Consulta e impressão de petições eletrônicas recebidas.
Sigeo - AJJT	Módulo do SIGEO para cadastramento e validação de peritos

Audiência Digital	Ferramenta de gravação e sincronização de audiências para o PJEMÍDIAS
PJeMídiasDesktop	Ferramenta para sincronização de provas e perícias por advogados e peritos
PJeMídias	Ferramenta de armazenamento de vídeos e áudios de audiências, provas e perícias
Extrator Egestão do PJe	Extrator de dados do PJe para o e-Gestão
PJePortable	Navegador configurado para uso com o PJe
Shodô	Aplicação para assinatura digital
MNI - Integrações	Convênios com entidades externas para acesso a dados do PJe via webservice
SIF	Sistema de Integração Financeira com a CEF (alvarás eletrônicos, extratos de contas e emissão de boletos)
SISCONDJ	Sistema de Integração Financeira com o BB (alvarás eletrônicos, extratos de contas e emissão de boletos)
ATASS (https://atass2.trt4.jus.br/)	Ferramenta que disponibiliza as atas de sessões de julgamento do tribunal no site do TRT contêm atas das sessões de julgamento do Tribunal.
AUDIOSS (https://audioss2.trt4.jus.br/)	Ferramenta que disponibiliza os arquivos de áudios das sessões de julgamento do tribunal no site do TRT.

Sistemas Administrativos

Nome e Sigla	Descrição
ADMEletronico	Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico.
Aplicações de BI	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados com autosserviço.
AssineJus	Assinador digital de sistemas, integrado ao serviço de conferência (CDA).
Ateste de serviços (faturas de energia, água e correios)	Sistema de ateste de serviços (luz, água e correios).
AtoM (Access to Memory)	Repositório de processos arquivados do Memorial
Avaliação de Desempenho	Registro e acompanhamento de avaliações de desempenho.
CIUJ	Cadastro de Informações das Unidades Judiciárias
Compras	Sistema para registro de aquisições e contratos.
Conferência Autenticidade (CDA)	Consulta a documentos eletrônicos de sistemas legados.
CursosAdmin	Sistema de inscrição, controle e publicação em cursos.
Folha	Sistema de folha de pagamento.
Frequência	Sistema para registro e acompanhamento de frequência.
Oraculum	Solução para registro de informações técnicas dos sistemas utilizados.
PAPS	Sistema de apoio ao plano de saúde para SIGEP.
PAS	Portal de Apoio ao SIGEP
Patrimônio	Sistema de administração de bens.
Portal de Governança	Portal de governança de TI.
Portal EAD (Moodle)	Portal de Ensino à Distância, através de ambiente Moodle.
Portal Extranet	Portal interno através de acesso remoto (extranet).
Portal Escola Judicial	Portal da Escola Judicial
Portal da Escola Judicial - Biblioteca	Portal da Escola Judicial - Biblioteca
Portal Internet	Portal corporativo do TRT da 4ª Região.
Portal Intranet (antigo)	Portal interno antiga (intranet).
Portal Memorial	Portal do Memorial
Portal Pessoal	Serviços e consultas pessoais do servidor e magistrado.
Portal VOX	Portal interno.
PROAD	Sistema de processo administrativo eletrônico
Relatórios Discoverer	Solução simples de exploração de dados e geração de relatórios ad hoc.

RH	Sistema de Recursos Humanos.
SIGEO	Sistema de gestão orçamentária.
SIGEP - EJUD-JT	Sistema de Gestão de Capacitação para Escola Judicial
SIGEP - FolhaWeb	Sistema de folha de pagamento
SIGEP - Gestão de Passivos	Sistema complementar à folha de pagamento para gestão de passivos
SIGEP - SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SILC	Sistema de Licitações e Contratos
Sistema de Eleição Eletrônica	Sistema de votações eletrônicas
SCMP	Sistema de Controle de Material e Patrimônio
PROAD - SIC	Serviço de Informações ao Cidadão (ouvidoria)
CREDEM	Central de Recebimento de Demandas Administrativas

Sistemas de Automação de Processos - RPA

Nome e Sigla	Descrição
Robô Pauta	Lança no PJE os processos cadastrados na pauta da NJ4.
Robô Precedentes	Automatiza a vinculação e cadastramento de processos que aguardam julgamento de precedentes no sistema NUGEP.
Robô Conde	Retira a conclusão de processos vinculados a determinado desembargador e refaz a conclusão para outro magistrado. A situação ocorre, geralmente, em aposentadorias de desembargadores ou na mudança de gestão do Tribunal.
Robô eCarteiro	Certifica nos autos a situação das notificações expedidas via eCarta, anexando o AR quando existente. Além disso, gera uma planilha de acompanhamento das notificações para audiências.
Faro	Ferramenta de Automações no Fluxo de Análise de Recursos
Frade	Fraciona as digitalizações processuais em PDFs de até 3MB, localiza onde está o processo, cria a certidão de juntada e anexa os arquivos ao feito.
Gael	Certifica nos autos os alvarás eletrônicos expedidos pela Vara, realiza a intimação da parte interessada e registra no PJe o pagamento correspondente.
i-Memoriám	Buscador de óbitos no CRC-JUD
Paco	Publicador de Acórdãos
Pipa	Procuradorias: intimação para pauta
Presto	Agilidade em pressupostos recursais
Repp	Relatórios de Pagamentos Periciais
Gruve	Gerador de GRUs
Copas	Conferências para pautas
Sisdov	Cadastros de usuários e disponibilização de agenda no SISDOV
EnviarAudio	Envio de áudio das sessões para publicação no site do TRT
CCLÉtáro	Complementa cadastro do AutoCCLE